



CONTRA A INOCÊNCIA DO CONCEITO: UM CHAMADO À CIVILIZAÇÃO DAS IDEIAS¹

Maria da Conceição Xavier de Almeida – calmeida17@hotmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1850-5288>

Paulo Sérgio Raposo da Silva – pauloraposo10@gmail.com
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-3558-3448>

RESUMO: Embora seja um instrumento bastante útil e amplamente utilizado pelas ciências, a formulação de um conceito não está livre de deturpações políticas, sociais e epistemológicas. Exatamente por isso, não pode ser tratado como algo trivial ou suficientemente consolidado para não ser questionado, pois, uma vez tratado como algo intocável, o conceito pode se tornar um meio pelo qual cientistas e formadores de opinião se fecham em torno de círculos corporativos que os afastam do grande público e o cegam em relação aos autoenganos produzidos pela própria prática científica. Afastados do grande público, não coparticipam da sua vida. Não coparticiparem, expõem as pessoas às armadilhas dos negacionismos e dos fundamentalismos. Levando isso em consideração, foi que este artigo foi pensado como um anúncio das limitações que envolvem o ato de conceituar e um lembrete de que nossas práticas científicas sempre estarão aquém da realidade, com base no Pensamento Complexo arquitetado por Edgar Morin. O objetivo do trabalho é reafirmar a importância de religar os saberes e provocar debates nas várias áreas do conhecimento sobre suas práticas consagradas pelo tempo e pelo campo científico, dado que uma disciplina apenas não é suficiente para falar tudo sobre o que se debruça. Para demonstrar isso, o trabalho faz uso de uma reflexão qualitativa e bibliográfica dos referenciais teóricos que balizam o Pensamento Complexo, ao descrever detalhes de vivências do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para que essas vivências sejam tratadas como exemplos concretos daquilo que é tratado bibliograficamente.

PALAVRAS-CHAVE: Conceito; Complexidade; Edgar Morin; GRECOM.

1 INTRODUÇÃO

A transdisciplinaridade repousa sobre uma atitude aberta, de respeito mútuo, sobre mitos, religiões e sistemas de explicações e conhecimentos, rejeitando qualquer tipo de arrogância e prepotência.
(Ubiratan D'Ambrosio)

Este artigo é uma proposta epistemológica de revisão das práticas científicas hegemônicas e dos seus modos de se estabelecer. Há diferentes modos de se fazer ciência e diferentes maneiras de alcançar resultados objetivos, que ajudam no desenvolvimento social, tecnológico e cultural de uma época ou país. De fato, a ciência é um dos maiores monumentos que a humanidade há construiu ao longo da sua história como espécie. No entanto, esse não é um monumento perfeito e tampouco um empreendimento

¹ Este artigo é uma versão revisada, atualizada, corrigida e ampliada de uma das intervenções orais feitas no Colóquio Fronteiras Borradas: em torno das ciências da vida, promovido pelo Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM) e realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no ano de 2018. As palestras de todo o colóquio podem ser lidas em livro homônimo, publicado em 2019, pela 8 Editora.

inquestionável. Há tanto equívocos operacionais quanto conceituais no exercício da atividade científica. Tornar o conceito ou pensar ato de conceituar como um fim em si mesmo imune a tendências ideológicas e políticas é um desses equívocos responsáveis por distorcer a sua capacidade de descobrir e comunicar verdades. O conceito é, sim, um instrumento útil, mas pode criar a ilusão de esgotamento da realidade pelo sistema decodificador que o conserva como imprescindível.

Nenhuma gramática científica ou não-científica é capaz de descrever a totalidade daquilo que existe, pois “o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (Merleau-Ponty, 2018, p. 6). Mesmo que tenhamos por princípio inegociável a liberdade de expressão, o direito de proferir as palavras que desejamos, de tratar de qualquer tema à nossa maneira e segundo nossas convicções, pensamos que todos nós, de acordo com Merleau-Ponty, estamos sempre relativamente limitados pelas contingências do que se deve dizer em certas ocasiões e pelos limites mesmos da linguagem científica escolhida para descrever os fenômenos e os sujeitos em situação, ou seja, enredados por contingências, variações e imprecisões.

Conceituar é uma ação que demanda operações cognitivas fundamentais e revela a capacidade humana de criar sentidos para a realidade em que vive. Todavia, não é a solução para todos os problemas e tampouco a garantia de que as descobertas serão entendidas por outros que, distante dos circuitos acadêmicos, fazem uso de outra gramática para falar das suas realidades imediatas e do mundo em geral. O que os cientistas e todos que pretendem tornar as coisas mais inteligíveis precisam é de “alargar a nossa razão, para torná-la capaz de compreender o que, em nós e nos outros, precede e excede a razão” (Merleau-Ponty, 1991, p. 132). Em geral, uma vez definidos e circunscritos a uma linguagem específica sem a qual é impossível ser um como os demais, os sistemas de pensamento não conseguem mover-se a esse ponto e flexibilizarem seu modo de comunicar. Enganam-se ao considerarem que esse é um tipo de conservação da sua objetividade, quando, na verdade, nada mais é do que um tipo de conservação dos mecanismos de poder e de estruturação do discurso que os constituiu como tal.

Ao agirem assim, esquecem que as ciências são, também, produto das relações sociais; esquecem que a autoridade de um cientista decorre dentre outras coisas de relações de poder que o elevam a uma categoria de superioridade perigosa. Perigosa porque carrega consigo a ilusão de conseguir falar sempre precisamente sobre aquilo que estudou e naquilo que se especializou. Esquecem daquilo que Pierre Bourdieu (2004) alertou, ao dizer que o capital científico é uma espécie particular do capital simbólico, “o qual, sabe-se, é sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento, que consiste no reconhecimento (ou no crédito) atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes no interior do campo científico” (Bourdieu, 2004, p. 26). Ainda segundo Bourdieu é falsa a crença científica que trata seus interesses como desinteressados (Bourdieu, 2004, p. 30). Nenhum ato científico é inocente ou ingênuo.

Conceituar é só mais uma maneira de manifestar interesses que podem ser de toda ordem, desde a política até à ordem epistêmica. Todo cientista deve ter isso em mente para não se deixar enredar pelas autoilusões dos conhecimentos formais.

Ora, “a luta científica é uma luta armada entre adversários que possuem armas tão potentes e eficazes quanto o capital científico coletivamente acumulado no e pelo campo” (Bourdieu, 2004, p. 32). Sendo assim, não se pode encarar esse campo como desprovido de má-intenções. Somente pela autocrítica constante e pela autoconsciência dos modos pelos quais o campo científico opera é que se pode escapar dos seus riscos e erros fundamentais. O que este trabalho pretende é ser tanto um anúncio quanto um lembrete dessas questões, tomando como tema específico o conceito, objeto de tantas disputas internas às ciências. Tendo em vista que esse é um dos objetivos principais do Pensamento Complexo, arquitetado por Edgar Morin, fazemos uso desse referencial teórico para tecer as críticas necessárias, além de autores como Foucault, Deleuze e Henri Atlan, pensadores que, a exemplo de Morin, fizeram da sua produção religação de saberes dispersos.

Neste sentido, além de descrever práticas do Grupo de Estudos da Complexidade (GRECOM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e utilizá-lo como exemplo, fazemos uma breve síntese das ciências da complexidade, destacando a força inaugural de um método científico que consolida uma nova reorganização das ciências modernas a partir do início do século XX. O objetivo é fazer com que, olhando para uma prática específica, outros grupos e outras práticas científicas possam perceber que fazer outra ciência é, sim, possível. Por fim nos atemos à importância da permanente crítica e reconstrução de um de nossos principais instrumentos de trabalho intelectual, os conceitos, como condição para não os transformar em princípios dogmáticos, tal qual sempre aconteceu no GRECOM. A esses três momentos demos os seguintes subtítulos: por que dizer isto em texto? O que já sabemos sobre as ciências e os cientistas? E, por fim, a força política da palavra.

Esperamos que este trabalho sirva como uma intervenção político-epistemológica para a conscientização daqueles que trabalham com o pensamento e formam opiniões, desde educadores até lideranças político-partidárias. Essa intervenção, em tempos de novos tipos de obscurantismos e fundamentalismos, nunca foi tão urgente. Também pretendemos que, ao descrever momentos específicos do GRECOM e das relações que o grupo estabeleceu ao longo dos anos na universidade pública, esperamos deixar claro, a partir da descrição de uma experiência concreta de sujeitos circunstanciados, que “todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda” (Merleau-Ponty, 2018, p. 5). Isso não é qualquer coisa para a reflexão científica, pois “o real deve ser descrito, não construído ou constituído” (Merleau-Ponty, 2018, p. 5).

Tudo isso se dará a partir de uma reflexão qualitativa-bibliográfica, que consideramos ser uma via metodológica para compartilhar bases epistemológicas diversas para a construção de novos ideais e novas posturas. Isso é de uma importância singular para nossa área, que sofre com constantes ataques, para avançarmos na atualização de concepções que confirmam mais modéstia intelectual e crie outras linguagens capazes de criar sentidos comuns a um maior número de pessoas. Que esta reflexão, portanto, seja responsável por abrir outros debates e provocar as inteligências, para que estas sejam capazes de elaborar suas autocríticas utilizando as ferramentas e meios que puderem, sem omissões ou atitudes refratárias demais para não aceitarem mudanças, afinal “nosso pensamento só toma vida à temperatura da sua própria destruição” (Morin, 2013, p. 262), e nenhum conceito, doutrina, disciplina ou sistema de pensamento deve ser superior a isso. O mundo vivido, feito de continuidades e descontinuidades, incoerências e caos, ordem e desordem, prescinde da lógica científica e deve ser a obsessão primeira dos seus representantes, porque a existência desse mundo é o que faz existir aquela lógica e seus agentes.

É isso que significa reconhecer a complexidade como condição básica da existência do real.

2 POR QUE DIZER ISTO EM TEXTO?

Porque é preciso, vigilante e ininterruptamente, civilizar as ideias e o comportamento daqueles que as tornam ferramenta de trabalho, ou seja, “desenvolver nova geração de teorias abertas, racionais, críticas, reflexivas, autocríticas, aptas a se auto-reformar” (Morin, 2000, p. 32), para que o pensamento não se torne uma autossuficiência em relação a decodificação do mundo, do outro e das muitas relações que pode haver entre eles. Para tanto, e não há como se implicar pessoalmente com esse compromisso, “necessitamos encontrar os metapontos de vista sobre a noosfera, que só podem ocorrer com a ajuda de idéias complexas, em cooperação com as próprias mentes, em busca dos metapontos de vista para auto-observar-se e conceber-se” (Morin, 2000, p. 32).

Ao longo de seus mais de 30 anos de existência, o Grupo de Estudos da Complexidade tem organizado encontros com pesquisadores de outras instituições com o propósito de aprofundar alguns conceitos e noções que dizem respeito às ciências da complexidade. Os pesquisadores convidados sempre têm por característica a multidisciplinaridade. Os encontros que o GRECOM faz congrega professores de áreas diversas que nos ajudam a pensar, por meio de outra linguagem e outra maneira de formular ideias, um mesmo tema. Merece destaque Seminário sobre Auto-organização ocorrido na UFRN, em abril de 2000. Esse Seminário aconteceu por sugestão de Maria Eunice Quilici Gonzáles, Mariana Claudia Broens. Elias Humberto Alves e Michael Beaumont Wrigley, doutores em Lógica e em Filosofia ligados, à época, ao Grupo de Estudos Cognitivos e Filosofia da Mente, sediado na Universidade Estadual de São Paulo-UNESP, Campus de Marília. Durante dois dias dialogamos sobre o conceito de auto-organização

formulado por Henri Atlan e a formalização do mesmo conceito pelos colegas da UNESP, com base em outros pensadores e em argumentos técnicos oriundos da lógica e da filosofia.

Esse encontro foi decisivo para no interior do grupo tomarmos a consciência de que a linguagem que aprendemos a dominar a partir do nosso registro acadêmico é apenas um dentre várias possíveis para descrever o real. Foi fazendo intercâmbios de ideias e de pesquisadores que percebemos que nomear certos fenômenos e atribuir-lhes forma a partir das palavras não é uma tarefa despida de intenções muito bem definidas. Seja porque precisavam atender aos interesses dos seus financiamentos, seja porque precisam entregar um resultado a seus departamentos, percebemos que as pesquisas acabavam por sofrer influências não-científicas. O produto, pois, não era outra coisa senão um emaranhado de interesses políticos, institucionais, burocráticos e profissionais. A troca de experiência entre colegas nesse seminário trouxe essa percepção, que, por mais intuitiva que fosse para aqueles que já eram experientes no cotidiano da vida acadêmica, não haviam parado para problematizar e discutir a sério esse defeito de origem do trabalho científico universitário. Desde então, passamos a debater e questionar essa realidade sem o medo das reações, afinal o grupo estava convencido que, segundo Morin (2015, p. 119), “as teorias não sabem conviver umas com as outras”.

Por causa disso é necessário insistir na conjunção dos saberes.

Depois de 24 anos do Seminário com os colegas da UNESP-Marília, o GRECOM, seguindo em sua jornada para reformar o pensamento e qualificar as práticas científicas, repete o mesmo propósito em ciclos de palestras, colóquios, simpósios, seminários e ateliês no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, ao qual está vinculado. Dialogar em torno de noções, categorias, conceitos (como se queira chamar) que se constituem em operadores cognitivos para compreender os problemas que nos são dados a pensar por contingência, escolha ou agenciamento da vontade continue sendo o mote para os trabalhos desse grupo, que é o primeiro ponto da cátedra itinerante Edgar Morin da UNESCO no Brasil. O protótipo, o casulo ou o laboratório que deu origem a este artigo e a necessidade de fazer circular essas ideias que são caras aconteceu no final de outubro de 2017, com discussões internas ao GRECOM, feitas pela bióloga e educadora Patrícia Limaverde, da Universidade Estadual do Ceará; pela geógrafa Eugênia Dantas e pelo sociólogo e jornalista Fagner França (os dois últimos ligados às Pós-graduações em Geografia e em Ciências Sociais da UFRN, respectivamente) e que desenvolveram suas pesquisas pós-doutorais ligadas ao grupo.

Durante dois dias, esses três colegas se ativeram a discutir sobre os limites porosos das fronteiras entre suas especialidades, tendo como base as ideias de Humberto Maturana, de Michel Serres e de Edgar Morin referências matriciais das pesquisas dos três colegas, respectivamente. Frente a frente, ao discutirem a ideia de vida, esses pesquisadores chegaram à conclusão de que o trabalho de conceituar era tão exaustivo quanto impossível de fixar uma maneira única de comunicar a sua multiplicidade. A

conclusão foi tão forte que não houve outra alternativa senão promover um colóquio em que ex-orientandos do grupo e pesquisadores da UFRN poderiam tratar sobre o tema. Intitulado *Fronteiras Borradas: em torno das ciências e da vida*, realizado no ano de 2018 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o colóquio congregou pesquisadores da pós em Educação, da Filosofia, da Biologia, da Pedagogia, da Antropologia, das Ciências Sociais, das Ciências da Religião e da História.

O colóquio gerou um livro homônimo (Oliveira; Dantas; França, 2019), no qual todas as palestras proferidas podem ser conhecidas e lidas na sua integralidade. Todos que participaram haviam passado pelos ateliês ou seminários do GRECOM, ou participado de alguma atividade que causou afinidade com o grupo, e estavam movidos pela ideia de que a conceituação em si não era o bastante para fazer da ciência uma descrição do mundo autossuficiente. Não é, pois “não existe uma única rede formal de relações; há realidades, que não são essências, que não são uma única substância, são compostos, produzidos pelos jogos sistêmicos, mas entretanto, dotados de uma certa autonomia” (Morin, 2015, p. 49). Porquanto, “a verdade permanecerá para sempre oculta à nossa consciência.

Os que acreditam ter chegado a ela se iludem com uma palavra-chave que os ilumina” (Morin, 2020, p. 10). Uma das emblemáticas desta ilusão de uma palavra que parece mágica é o conceito, um fim a que se chega e, quanto mais se luta por sua conservação, mais cegueiras produz, posto que não conhecemos a realidade diretamente, mas por meio do nosso espírito humano, isto é, “traduzida/reconstruída não só pelas e nas nossas percepções, como também pela e na nossa linguagem, pelas e nas nossas teorias ou filosofias, pelas e nas nossas culturas e sociedades” (Morin, 2020, p. 23):

[...] efetivamente, o espírito humano não reflete o mundo, mas o traduz mediante todo um sistema neurocerebral em que os sentidos captam um certo número de estímulos, que são transformados em mensagens e códigos por meio das redes nervosas, e é o espírito-cérebro que produz aquilo que se denomina representações, noções e ideias pelas quais ele percebe e concebe o mundo externo. Nossas ideias não são reflexos do real, mas traduções dele. Essas traduções tomaram a forma de mitologias, de religiões, de ideologias, de teorias. A partir daí, como toda tradução comporta risco de erro, as traduções mitológicas, religiosas, ideológicas, teóricas fizeram surgir incessantemente na humanidade inúmeros erros (Morin, 2018, p. 145).

Tomando como verdades essas ideias de Edgar Morin, o colóquio foi realizado e teve como foco repensar metanoções sobre as ciências da vida, mantido o mesmo horizonte das fronteiras borradas. Dois pesquisadores paraibanos de formados em Biologia - Thiago Emmanuel de Araújo Severo e Jair Moisés de Souza - que fizeram seus doutorados ligados ao GRECOM, abraçaram a ideia. O mesmo espírito de abertura das ciências da vida foi manifestado por João Bosco Filho (oriundo da enfermagem); Wyllys Abel Farkat e Marcia Adelino (biólogos); e Renato Figueiredo (formado em Educação Física). Reunindo

esses pesquisadores, movidos pela disposição à religação dos saberes, pretendíamos construir um manifesto contra o ensimesmamento das ciências e das suas práticas mais consagradas. Cada um a seu modo, inflexionando à sua maneira, mostrou que a vida é, em virtude da sua multidimensionalidade, uma dessas experiências para a qual uma linguagem única é claudicante. Aos poucos, tanto a inocência dos conceitos quanto à sua capacidade de limitar horizontes de percepção foram se mostrando palpáveis.

A ciência na sua maneira hegemônica enfim podia ser colocada em xeque por quem a constrói seriamente, o que era necessário e permanece sendo, já que os negacionismos brotam na ambiência política mundial com o ressurgimento da extrema-direita nos governos. Não há mal nenhum em fazer isso, desde que se tenha como propósito refinar o pensamento, afinal “as gigantescas elucidaciones da ciência lhe escondem suas cegueiras” (Morin, 2020, p. 16). A vida, tema propulsor do colóquio, “está ao mesmo tempo em descontinuidade e em continuidade com o mundo físico-químico” (Morin, 2020, p. 46). Como uma experiência volátil, sua concepção não pode ser fixada de uma vez por todas e não pertence a uma área de pensamento apenas. Por isso, não se circunscreve a uma decodificação somente. Sua natureza multipolar é o que nos convoca à modéstia e à responsabilidade, já que “os conceitos viajam e é melhor que viajem sabendo que viajam. É melhor que não viajem clandestinamente” (Morin, 2015, p. 117).

No GRECOM, imbuídos do compromisso de fazer politizar o pensamento, permitimos que os conceitos viajem e borrem as fronteiras construídas artificialmente; fronteiras que não conseguem resistir a insurgência dos acontecimentos cuja complexidade demandam uma atitude transdisciplinar. Ao criticar o conceito, criticamos um contensor de fluxos necessários para compreender e, principalmente, viver melhor. As ideias do médico, biólogo e filósofo argelino-francês Henri Atlan sobre as ciências da Vida já estava consolidada entre nós desde os primórdios de nosso grupo de pesquisa. A vinda de Henri ao GRECOM por duas vezes ampliou mais ainda nossa perspectiva para compreender a teia da vida como um acontecimento que emerge interconectado a outras "regiões da realidade", para usar uma expressão de Werner Heisenberg, no livro *A ordenação da realidade* (2009). Para Henri Atlan, o domínio da vida está atado aos domínios do não-vivo e é impróprio estabelecer um limite preciso entre esses dois domínios:

[...] reconhecemos sempre as diferenças evidentes entre seres vivos e não-vivos, e entre vivos conscientes e inconscientes; mas, ao mesmo tempo, nós reconhecemos que existe uma unidade substancial entre todos esses corpos, e mesmo uma unidade histórica se considerarmos o processo de Evolução, tanto pré-biótico que conduziu às origens da vida, quanto biológico propriamente dito que produziu o aparecimento de novas espécies, inclusive a espécie humana. Essa situação está na origem do problema de como colocar barreiras ou estabelecer fronteiras entre diferentes classes de existência, como por exemplo entre os sistemas vivos e não-vivos, entre os dotados de consciência e os desprovidos dela, entre os que conhecem consciente ou inconsciente. Contrariamente ao que se concebia antigamente, as fronteiras tendem a se apagar e é difícil decidir sobre o lugar onde devemos colocar uma barreira, ou se existiria alguma (Atlan, 2001, p. 65).

As fronteiras sempre estiveram borradas entre os domínios que as ciências convencionaram separar entre ciências do universo, da matéria, da vida e do homem. O Manuscrito de 1942 de Heisenberg parece ser o anúncio mais consistente dessa anunciação. Tudo se passa como se o início do século XX com a hipótese do fim das fronteiras nas narrativas da física quântica (com Niels Bohr e Werner Heisenberg, sobretudo) se antecipasse ao momento histórico que vivemos hoje, isto é, o fim das territorialidades nacionais, intercontinentais e a intolerância das grandes potências diante do que é considerado invasão de fronteiras. No âmbito das ciências, entretanto, esquecem de que “qualquer sistema de pensamento é aberto e comporta uma brecha, uma lacuna em sua própria abertura” (Morin, 2015, p. 76), que possibilita ultrapassar limites que, ao contrário das territorialidades geográficas, existem para serem superados, se o que se pretende é alcançar novas e diferentes verdades.

A barbárie política e econômica que se consolida em nível planetário, por meio da radical defesa das nacionalidades não deveria ser o modelo para as ciências. A intolerância cognitiva, a recusa em admitir vizinhanças, conexões, dependências e complementaridades nos territórios disciplinares das ciências é incompatível com os princípios da autocrítica e da razão aberta esperados do conhecimento científico. Interrogar as nossas verdades científicas é necessário, mesmo que seja difícil e, às vezes, perigoso. Michel Foucault (2016) compreendeu muito bem o preço a pagar pelo exercício intelectual audaz e insubmisso, quando afirmou que por vezes pensar se torna um "ato arriscado". Na mesma direção, Gilles Deleuze (1992) reafirma as palavras de Herman Melville que se vale da metáfora dos mergulhadores para falar do pensamento:

[...] gosto de todos os homens que mergulham. Qualquer peixe pode nadar perto da superfície, mas é preciso ser uma grande baleia para descer a cinco mil milhas ou mais... Desde o começo do mundo os mergulhadores do pensamento voltam à superfície com os olhos injetados de sangue (Melville *apud* Deleuze, 1992, p. 129).

Os novos obscurantismos e os fanatismos de todas as ordens interpõem-se na vida social e política. As ciências não podem permanecer em seus laboratórios lapidando seus empreendimentos discursivos. Deve e precisa ser atuante contra qualquer tipo de barbárie que tente cooptá-la e torná-la servil a projetos autoritários. A respeito do momento de reorganização por que devem passar as ciências é oportuno reiterar aqui três considerações: a primeira é a de Rupert Sheldrake, no livro *Ciência sem dogmas: a nova revolução científica e o fim do paradigma materialista* (2014). Na introdução, Sheldrake afirma:

[...] este livro é pró-ciência. Quero que ela seja menos dogmática e mais científica. Acredito que a ciência será regenerada quando se libertar dos dogmas que a reprimem. [...] Estou convencido de que a ciência está sendo restringida por pressuposições que se

enrijessero em dogmas, mantidos por fortes tabus. Essas crenças protegem a cidadela da ciência tradicional, mas age como uma barreira ao pensamento aberto (Sheldrake, 2014, p. 15, 20).

A segunda consideração vem da parte de Edgar Morin (2013) a respeito da necessidade de uma vigilante e permanente autocrítica diante de nossas teorias, conceitos, concepções, pois, alerta Morin, tudo que não se regenera, degenera. É esse o horizonte maior (certamente apenas em parte alcançável) deste artigo, porque pode servir como um alerta aos pesquisadores que compartilham proposições originais sobre uma compreensão ampliada do domínio da vida em sociedade, trafegando por diferentes pertencimentos interconectados: o domínio biológico, da vida da Terra, da vida do sujeito, da vida das ideias. Dialogar a partir dos vetores Contaminação, Metamorfose e Auto-organização se constitui na estratégia para isso, posto que “o todo é ao mesmo tempo mais e menos do que a soma das partes” (Morin, 2015, p. 86), e somente uma atitude de busca do outro para integrá-lo pode corresponder ao que existe. Temos, insiste Morin (2015, p. 72), “a necessidade de macroconceitos”, ou seja, maneiras de descrever o real que agregue ao máximo que puder, em vez de separar.

A terceira é que “o objeto não deve somente ser adequado à ciência; a ciência deve também ser adequada ao seu objeto” (Morin, 2015, p. 53). Isso significa fazer com que a ação científica não seja estática e gire em torno das suas sínteses; significa fazer dos seus resultados um fim possível, mas não o único; fazer da linguagem e método utilizado para se chegar a esse fim uma alternativa dentre várias, mas não perder de vista o respeito ao que já foi construído e ao que já se sabe. Trata-se de não optar pelos extremos, mas encontrar vias de acesso à realidade que, por mais que em algum momento, passem pelos extremos, não se fixem nesses polos: que sejam móveis, como móveis são os sujeitos e os objetos, os objetos e os sujeitos, facilmente entrelaçáveis na dinâmica das relações, porém dificilmente tratados como parte um do outro. Daí a importância de levar a sério isto que Teresa Vergani ressaltou:

[...] o drama do conhecimento que aprendemos está em confundir "objeto com permanência, estabilidade ou "realidade". Os objetos são convenções nominais que evocamos a fim de podermos lidar funcionalmente com as coisas: são tão efêmeros quanto a duração da conveniência que lhes atribuímos. A palavra que exprime discursivamente o conhecimento possui simplesmente a magia de fazer existir. Porque tudo é "virtual" até que o homem vá dando à luz sucessivas "atualizações" através da sua atenção consciente, isto é, da sua intenção (Vergani, 2003, p. 153).

Caberia aqui perguntar: por que esses vetores e não outros, como Dialógica, Holograma e Recursividade, tão bem trabalhados como princípios reitores das ciências da complexidade, na obra de Edgar Morin? Por que esses e não os de Incerteza (Heisenberg) Flutuação, Bifurcação, Estruturas Dissipativas construídos por Ilya Prigogine? Ou o de Complementaridade de Niels Bohr? ou o de Campo Mórfico tão engenhosamente construído por Rupert Sheldrake? Porque reconhecemos nos três vetores

escolhidos coletivamente em reunião dos pesquisadores do GRECOM uma força mobilizadora que se encontra de forma mais geral na maioria das nossas pesquisas; mas também porque esses vocábulos, estando mais próximos da dinâmica dos fenômenos do vivo de forma expandida, podem operar mais favoravelmente no sentido de dar consistência às fronteiras borradas entre o que é o mundo da matéria, da vida e do homem. E por que estamos chamando vetores? Porque, na nossa compreensão, a palavra vetor acrescenta como que uma mobilidade ao vocábulo conceito.

2 O QUE JÁ SABEMOS SOBRE AS CIÊNCIAS E OS CIENTISTAS?

Sabemos que foi Gaston Bachelard, em 1934, no livro *O Novo Espírito Científico*, quem anunciou a emergência de "uma epistemologia não-cartesiana que nos parece consagrar verdadeiramente a novidade do espírito científico contemporâneo" (Bachelard, 1995, p.13). Para expor o que é o complexo começa por afirmar ser a ciência quem cria a filosofia e, por conseguinte, deve o filósofo "inpletir a sua linguagem para traduzir o pensamento contemporâneo na sua flexibilidade e mobilidade" (Bachelard, 1995, p. 9). Afirma da importância do "dualismo subjetivo-objetivo", de resto sofisticadamente trabalhado por Werner Heisenberg em *A parte e o todo* (1996) e por Niels Bohr, em *Física atômica e conhecimento humano* (2007).

Bachelard fala ainda de uma "impureza metafísica" que está no coração da prova científica; diz que a atividade científica é simultaneamente experiência e raciocínio, ou seja, "se ela experimenta terá que raciocinar, se raciocinar terá que experimentar. Toda aplicação é transcendência" (Bachelard, 1995, p. 9). O complexo, como vetor epistemológico na concepção de Gaston Bachelard se constrói por meio de uma razão aberta e, portanto, se situa longe da completude e da garantia alicerçadas em princípios imutáveis. Nas suas palavras:

[...] estamos perante uma razão de novidade metodológica que teremos de clarificar, as relações entre a teoria e a experiência são tão estreitas que nenhum método, quer experimental, quer racional, tem a garantia de conservar o seu valor. Podemos mesmo ir mais longe: um método excelente acaba por perder sua fecundidade se não se renovar o seu objeto (Bachelard, 1995, p. 15).

Para Bachelard, o complexo estaria, pois, inscrito "sob a dupla etiqueta do realismo e do racionalismo" (Bachelard, 1995, p. 9-10). É reconhecendo as considerações inaugurais de Bachelard a respeito da noção de complexidade que Edgar Morin empreende sua trajetória pela biologia, física, cibernética, filosofia, entre outros *topoi* noológicos para construir as bases de um Método Complexo permanentemente aberto e em reconstrução. No âmbito das ciências da complexidade, sabemos da principalidade que assume a questão do Método. O Método Complexo, mesmo que não deva ser

entendido superficial e vulgarmente como um mero substituto do método cartesiano, se constitui como um operador do pensamento capaz de problematizar fenômenos complexos — isto é fenômenos longe do equilíbrio e sobre os quais incidem múltiplas causas e domínios simultaneamente, porque “a complexidade encontra-se onde não se pode superar uma contradição, até mesmo uma tragédia” (Morin, 2015, p. 64)

Sabemos também que fenômenos complexos comportam e expressam (de formas variadas e por conjugação parcial) as propriedades de indecidibilidade, inacabamento, incerteza, imprevisibilidade, instabilidade, variação, não linearidade, auto-organização pelo ruído e desordem. São ao mesmo tempo autônomos e dependentes, suportam a tensão entre determinismo e liberdade. Os sistemas complexos, sabemos, apresentam níveis de complexidade diferenciados, se reorganizam permanentemente pela dialógica entre ordem, desordem, interação e reorganização, conforme o tetragrama organizacional construído por Edgar Morin (2018). O método complexo, diferentemente do método cartesiano, não se expressa por um conjunto de passos sequenciados que vai da resolução do mais simples para o mais complexo, de sorte que “a aceitação da complexidade é a aceitação de uma contradição, e a ideia de que não se pode escamotear as contradições numa visão eufórica de mundo” (Morin, 2015, p. 64):

[...] a complexidade não compreende apenas quantidades de unidade e interações que desafiam nossas possibilidades de cálculo: ela compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios. A complexidade num certo sentido sempre tem relação com o acaso (Morin, 2015, p. 35).

Onde encontrá-la para poder concebê-la? “Lá onde ela parece em geral ausente, como por exemplo, na vida cotidiana” (Morin, 2015, p. 57), e é nessa vida que todos exercem papéis sociais conforme as contingências. Deduz-se, então, que nada que seja definitivo pode traduzir a realidade tal qual interpretada e constatada pela complexidade, que, longe de ser um programa é uma estratégia, e, nesse sentido, supõe criatividade do cientista, mudança de caminho, abordagens que requerem múltiplas entradas para compreender as dinâmicas do mundo fenomenal. Supõe uma abordagem epistemológica igualmente complexa — isto é, a compreensão de que o conhecimento humano está enraizado na cultura e daí emerge pela interconexão, mestiçagem e hibridação de suas bases material, biológica, animal, humana e existencial. Ultrapassa as oposições entre inato e adquirido; mítico e lógico; ciência e filosofia, imanência e transcendência, individual e coletivo. Reconhece por alguns de seus pensadores a determinação da realidade pelo sujeito pesquisador, mas igualmente reconhece por outros pensadores a sobredeterminação do sujeito pesquisador pela realidade e pelo objeto):

[...] o objeto e o sujeito, entregues cada um a si próprios, são conceitos insuficientes. A ideia de universo puramente objetivo está privada não apenas de sujeito, mas de

entorno, de além; ela é de uma extrema pobreza, fechada sobre si mesma, não repousando sobre nada mais do que o postulado de objetividade, cercado por um vazio insondável tendo em seu centro, lá onde há o pensamento deste universo, um outro vazio insondável. O conceito de sujeito quer vegetando ao nível empírico, quer hipertrofiado ao nível transcendental, está por sua vez desprovido de entono e, anulando o mundo, encerra-se em seu solipsismo (Morin, 2015, p. 41).

Seja num caso ou no outro, as ciências da complexidade reconhecem sempre a implicação do sujeito no conhecimento. Daí emerge uma concepção de ética que se requer sempre a ligação entre a autoética, a socioética e a antropeútica. Difere, sobretudo, do método cartesiano por tratar-se de um método capaz de ser acionado por qualquer área do conhecimento, uma vez que aciona princípios gerais atinentes a uma concepção-eco-bio-socio-antropológica da matéria, da vida e do homem. Sabemos dos desafios postos às ciências da complexidade, entre eles: o perigo da transposição dos vetores conceituais de uma área do conhecimento para outra (o que, nesse caso, só se pode fazer por meio de metáforas); da necessidade de uma reflexão fundamental capaz de distinguir rigor e rigidez; da compreensão de que a complexidade não se reduz ao domínio das ciências, mas se amplia numa epistemologia e filosofia complexas, sua base de sustentação maior; da leitura sistemática, rigorosa e permanente de obras técnicas capazes de nos informar sobre as noções e argumentos na sua concepção original e nas suas variações, desdobramentos, campos de fuga.

Se temos que nos haver com esses e outros desafios temos que principalizar quatro deles. O primeiro é posto por Niels Bohr (2007): diante da ambiguidade do real, cabe ao pesquisador desambiguá-lo. O segundo é posto por Edgar Morin (2015): o pensamento complexo requer a religação entre vida e ideias, entre nossa forma de viver e de pensar. Mas, de modo nenhum, o pensamento complexo se constitui num evangelho da salvação é mais apropriado pensá-lo como um evangelho da perdição. O terceiro e o quarto desafios dizem respeito a nossas áreas de especialidades e a politização do pensamento. Se é importante compreendermos que a fragmentação disciplinar mutila o pensamento e é fundamental empreender uma ecologia das ideias e o diálogo entre as disciplinas que enfrente qualquer grade de proteção, haja vista que “os problemas humanos são entregues, não só a este obscurantismo científico que produz especialistas ignaros, mas também a doutrinas obtusas que pretendem monopolizar a cientificidade” (Morin, 2015, p. 13).

É crucial que o filósofo continue sendo um filósofo, um cientista social continue sendo um cientista social; um químico, um químico; um geógrafo, um geógrafo; um físico, um físico, já que “a unidade da ciência respeita a física, a biologia, a antropologia, mas quebra o fisicismo, o biologismo, o antropologismo” (Morin, 2015, p. 50). Todavia, nenhum poderá se omitir do compromisso de fazer da sua prática e dos seus horizontes de pesquisa oportunidades para se preocupar prioritariamente com o real, não com a confirmação das suas teses, se quiserem falar da vida vivida, não de abstrações. Esse é

um desafio imenso sobretudo para acadêmicos e formadores de opinião que encontraram o sucesso à medida que foram sendo fiéis às suas escolas de pensamento. Eles terão de escolher entre esse sucesso e honestidade em relação ao que se lhes apresenta para estudarem. Esse é um tipo de politização ética das suas tarefas sem a qual não poderá continuar agindo bem.

3 A FORÇA POLÍTICA DAS PALAVRAS

Começemos por perguntar: um vetor conceitual pode mover o mundo? Sim, em parte conceito, noções, vetores, definições são construções teóricas abstratas, dizemos. Mas se são abstratas no ato de sua construção, funcionam como alavancas reais e como justificativas de verdade embutidas ou explícitas nas ações na gestão política da sociedade, nas organizações sociais, na economia, na cultura, nos ideários e projetos educacionais. Nunca são inocentes os conceitos, em suas formas de objetivação. Lembremos que o conceito eugenia está na base de atrocidades inomináveis da nossa história humana passada, e se mantém presente ainda hoje, mesmo que de forma submersa e invisível nas fobias atuais.

Michel Foucault (2016) tratou de expor como é possível construir uma dicionarização perversa, por meio de palavras e definições. Assim se consagraram socialmente como patologias morais e mentais escolhas e comportamentos que são julgados perigosos na sociedade. Para além dos dispositivos discursivos da moral patológica, nas ciências essa dicionarização opera por meio de uma força social de interdição coletiva maior e mais subliminar, portanto mais perigosa. Compartilhamos um exemplo a fim de demonstrar que nenhum conceito é inocente.

Nos anos do Governo Sarney, entre 1985 e 1990, procedeu-se a uma reformulação do conceito de "função social da terra" no Censo Demográfico. E por que era importante reformular esse conceito? Porque nessa época os trabalhadores rurais capitaneados e apoiados pelas forças progressistas dos sindicatos e líderes comunitários reivindicavam a reforma agrária. Enquanto alguns intelectuais estavam ao lado desses movimentos populares, outros intelectuais, de mãos dadas com os tecnocratas do governo federal estavam tratando de reformular o conceito de função social da terra. Ou seja: enquanto alguns de nós estávamos com os trabalhadores reivindicando a distribuição das terras não cultivadas e mantidas como reserva de mercado, outros de nós trabalhavam "tecnicamente" nos gabinetes e alamedas da Câmara e do Senado para resolver a indignação social que se estendia pelas ruas do Brasil.

Resolveram pela metamorfose de um conceito. Explicamos: pelos documentos que tratavam da matéria, a definição de terras passíveis de desapropriação e redistribuição, resguardava para esse fim aquelas que caracterizassem latifúndios, mesmo que os lotes de terra não fossem conjugados/contínuos, mas pertencessem a um mesmo proprietário. Ora, quando se pôs uma transparência no mapa do Brasil, para saber quais terras seriam distribuídas aos trabalhadores rurais, percebeu-se que grande parte dessas

terras, e no caso específico do Maranhão, eram terras pertencentes a José Sarney. O que fazer? Só uma coisa poderia ser feita para interditar a reforma agrária naquela época.

Com destreza e talento criativo, os intelectuais que emprestavam sua inteligência ao poder modificaram o conceito de função social da terra. Passaram a ser consideradas passíveis de redistribuição apenas aquelas terras que se caracterizasse como latifúndio por sua extensão em continuidade. Como a palavra "continua" substituiu a palavra "descontinua" ficou mais uma vez abortada a reforma agrária em nosso país. Os conceitos não são inocentes e a inocência nem sempre é o valor a ser cultivado, dado que "as fronteiras são sempre fluídas, são sempre interferentes" (Morin, 2015, p. 73). Por ser assim, supor que se está protegido de produzir distorções socio-político-culturais só por ocupar o lugar de prestígio destinado àqueles que fazem ciência é tanto mais ilusório quanto contraproducente à ética científica.

Em seu livro *No tempo das catástrofes* (2015), Isabelle Stengers retoma Karl Marx para mostrar como o capitalismo reatualiza a ideia de que o explorador seja o dono do capital, e que ele agora tem outro nome. Ela reatualiza o conceito de capitalismo e afirma que as ideias de Marx são apropriadas hoje para entender a trindade Empresário Estado Ciência, trindade que para ela constituem as três cabeças de um mesmo monstro. Sugere, então, Isabelle Stengers, que o intelectual passe a renomear, a nomear as coisas, pois as palavras têm força política. Duas citações de Stengers são importantes grafar aqui. Uma diz o que é nomear; a outra recruta o intelectual para reavaliar a armadilha do conceito de decrescimento, posto que "nomear não é dizer a verdade, e sim atribuir aquilo que se nomeia o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita" (Stengers, 2015, p. 37).

É nesse livro que a autora de certa forma nos impacta ao dizer que diante dos políticos precisamos ter piedade. Essa forma de dizer que parece contraditória é esclarecida por Isabelle. Argumenta ela que eles (os políticos e seu prepostos) não nos representam, eles não são nossos representantes. Uma digressão importante aparece no livro sobre o que é um representante. O livro tem um tom político e de uma radicalidade que incomoda, às vezes. Esse é um bom incômodo que deveria acometer os intelectuais, acadêmicos e pensadores, sempre. A autora faz uma crítica à militância dos verdes. Sugere que o conceito deve nos politizar de forma seminal. Penso mesmo que diante da indigência do pensamento da ordem - seja ele expresso pela gestão política maior ou pela tecnoburocracia do pensamento poderíamos pensar nas palavras de Isabelle Stengers e repeti-las, para começar apenas silenciosamente: "tenho piedade de vocês, vocês não nos representam".

Escutemos Bachelard, no livro *A poética do Espaço* (2008): os conceitos são gavetas que servem para classificar os conhecimentos. São formas de confecção que desindividualizam os conhecimentos vivos. Para cada conceito há uma gaveta no móvel das categorias. O conceito é um pensamento morto, já que ele é, por definição, pensamento classificado. Investir tempo e energia criativa para conservá-lo no interior de um paradigma teórico compromete a liberdade do pesquisador, que, tendo de manter

incólume o paradigma ao qual se vinculou, não pode mais criar, recriar, inventar ou reinventar; só poderá multiplicar variações em torno dos temas para os quais seu paradigma volta sua atenção. Torna-se um hiperespecialista e ignora que, assevera Morin (2003, p. 13), “a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui)”.

A doença da teoria está no doutrinário e no dogmatismo, que fecham a teoria nela mesma e a enrijecem. A patologia da razão é a racionalização que encerra o real num sistema de ideias coerente, mas parcial e unilateral, e que não sabe que uma parte do real é irracionalizável, nem que a racionalidade tem por missão dialogar com o irracionalizável (Morin, 2015, p. 15).

Os conceitos são ferramentas cognitivas, operadores do pensamento, instrumentos do trabalho intelectual, modelos abstratos que permitem ordenar e compreender o mundo fenomenal. Como sabemos, ferramentas, instrumentos e modelos são meios e nunca fins. Qualquer sacralização do conceito ou defesa conceitual concerne a uma atitude intelectual que amesquinha o pensamento, pois os meios não devem se sobrepor aos fins. Os conceitos, potencializadores da pesquisa científica, precisam ser lapidados, refeitos, ampliados e adequados ao objetivo de compreender o fenômeno do qual tratamos, “porque não se pode compreender nenhuma realidade de modo unidimensional” (Morin, 2015, p. 69). Os conceitos têm uma força política. Nunca são inocentes. São construções humanas, têm historicidade, nascem, crescem e vivem por meio de nós. Mas também morrem quando chega a sua hora, quando não oferecem mais campo de luminosidade para a compreensão do que queremos conhecer, afinal “estamos condenados ao pensamento incerto, a um pensamento trespassado de furos, a um pensamento que não tem nenhum fundamento absoluto de certeza” (Morin, 2015, p. 69). Reconhecer isso é um dos passos para tomar das ciências uma obrigação que não lhe pertence: ter respostas para tudo.

Gilles Deleuze fala (1996) da vida dos conceitos nos sistemas abertos de ideias. Assinala sua força crítica, política e de liberdade, desde que eles estejam ligados à imanência e à circunstância e nunca à essência. Todo mundo sabe que a filosofia se ocupa de conceitos. Um sistema é um conjunto de conceitos. Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias e não a essências. Mas, por outro lado, os conceitos não são dados prontos, eles não preexistem: é preciso inventar, criar os conceitos, e nisso há tanta criação e invenção quanto na arte ou na ciência.

Criar novos conceitos que tenham uma necessidade, sempre foi a tarefa da filosofia. É que, por outro lado, os conceitos não são generalidades à moda da época. Ao contrário, são singularidades que reagem sobre os fluxos de pensamento ordinários: pode-se muito bem pensar sem conceito, mas desde que haja conceitos há verdadeiramente filosofia. Um conceito é cheio de uma força crítica, política e de liberdade. Por meio de uma escuta perspicaz das ciências, e abrindo mão do que ele chama de “uma

espécie de guarda-chuva que nos protege do caos", afirmará Deleuze de maneira contundente e certamente ameaçadora ao paradigma da cultura científica ocidental:

[...] existem dois tipos de noções científicas, mesmo se concretamente elas se misturam. Há noções exatas por natureza, quantitativas, equacionais, e que não têm sentido senão por sua exatidão: estas, um filósofo ou um escritor só pode utilizá-las por metáfora, o que é muito ruim, porque elas pertencem à ciência exata. Mas há também noções fundamentalmente inexatas e, no entanto, absolutamente rígorosas, das quais os cientistas não podem prescindir, e que pertencem ao mesmo tempo aos cientistas, aos filósofos, aos artistas. Trata-se de dar-lhes um rigor que não é diretamente científico, e quando um cientista chega a esse rigor, ele é também filósofo, ou artista (Deleuze, 1996, p. 42).

Retomando a Michaux, Deleuze pontua: o que basta para "ideias correntes" não basta para "as ideias vitais" — as que se deve criar. Na medida em que variações se tornavam inseparáveis, segundo zonas de vizinhança ou de indiscernibilidade, elas deixam então de ser associáveis, segundo os caprichos da imaginação, ou discerníveis e ordenáveis segundo as exigências da razão, para formar verdadeiros blocos conceituais. Nada contra os conceitos. Se abirmos mão da tirania do conceito para nos acercarmos do valor operativamente aberto das noções, talvez aí encontremos os alimentos de sentido Isabelle Stengers (2015) que permitem, agora sim, voltar para o conceito para abri-lo e deixá-lo respirar o oxigênio da história da realidade e do fenômeno do qual fala.

Dessa perspectiva, os conceitos não devem nos servir como ancoras, uma vez que a função da ancora é manter o barco parado. Eles se assemelham mais a remos que nos fazem mover nas águas dos saberes, pelas quais navegamos, e no mundo fenomênico. Ao contrário da ancora, os remos nos permitem avançar, percorrer e ultrapassar círculos, rodopiar, remover os obstáculos superficiais. Essa metáfora ajuda a pensar a natureza nômade dos conceitos. É bom lembrar que o mundo das teorias e dos conceitos é ao mesmo tempo produto do mundo vivido e produtor de realidades. Por isso mesmo é na relação entre o espaço da historicidade coletiva e da singularidade individual que faz sentido a produção da ciência. Além disso, os conceitos e as teorias excedem por vezes o vivido, ou se constituem em apenas um fragmento da vida. Quer dizer: eles são sempre mais ou menos que a vida e os fenômenos que pretendem explicar.

O compromisso do intelectual e do cientista-cidadão não é, pois, com a teoria nem com os conceitos, mas por meio deles, com uma sociedade mais justa, mais livre, mais feliz, mais leve, mais viva. Para nutrir as sementes de uma insatisfação fundamental e de uma ira criadora que politiza o pensamento, e fazer do conhecimento um meio de transformação e não um fim em si mesmo, é necessário ao mesmo tempo humildade e obstinação. Resistências e recusas também. Desordens criativas, sempre.

Por conseguinte, se é fundamental ser parcimonioso e humilde quando fazemos ciência, não é necessário nos acovardamos nem abrir mão de nossas convicções por mais radicais que elas possam parecer. Podemos e devemos sair fora da linha, inventar novos caminhos, anunciar conhecimentos proibidos, discutir hipóteses não plausíveis, ideias inacabadas, impertinentes, ou ir no contrafluxo do estabelecido. Foi assim que se deram os avanços na ciência, que se anunciaram novas interpretações para os mesmos fenômenos. Foi assim que foi possível, muitas vezes "dizer a verdade ao poder", conforme o esperado do intelectual, segundo Deleuze (Foucault *apud* Deleuze, 1996, p. 129): "admita-se facilmente que há perigo nos exercícios físicos extremos, mas o pensamento também é um exercício extremo e rarefeito". Não estando no domínio do senso comum, o conhecimento científico opera uma mudança de rota do conhecimento humano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sociedades, os humanos e os não-humanos que constituem e co-habitam o mundo que conhecemos continuam a desafiar as inteligências, por mais avançadas que sejam. As informações se multiplicam em uma velocidade inimaginável. Alcançadas por essa avalanche, as pessoas formam suas opiniões e assumem posições políticas. Enquanto as ciências e os cientistas permanecerem fechados em torno de seus sistemas de pensamento e satisfeitos com estruturas argumentativas inalteráveis, estarão passos atrás dos fenômenos. Levar a sério e discutir as questões que foram postas neste trabalho é uma chance para lembrar aos cientistas que suas capacidades não são de outra natureza que não humanas. Justamente por isso, possuem limitações.

Cumpra a cada pesquisador, educador e formador de opinião encarar esse desafio de relembrar a prevalência do real sobre os discursos e as distorções que os discursos podem causar nesse real, se não estiverem comprometidos com a autocrítica e a transformação. Os conceitos são instrumentos úteis, mas não são suficientes. Os sistemas de pensamento são sofisticados, mas não caminham no mesmo compasso da realidade. Os centros de produção do conhecimento são tão necessários quanto fadados a serem surpreendidos por ebulições sociais, culturais e políticas. É possível reconhecer isso sem anular nenhuma dessas verdades, desde que se tenha consciência de que o trabalho de um cientista não é criar doutrinas; é, isto sim, tornar o maior número de verdades sobre a vida e o viver conhecido, de sorte que sejam aliados na luta contra os negacionismos, os novos tipos de obscurantismos e fundamentalismos.

Este artigo é uma forma de convocar todos os seus leitores a se posicionarem contra esses retrocessos expondo suas ideias e seus ideais ao crivo da existência em curso, da vida enquanto esta acontece, dos fenômenos enquanto estes se desdobram, porque se fixar a uma ideia somente, a um modo único de pensar e elaborar argumentos significa privilegiar a intelectualidade em detrimento da realidade.

Ambas as coisas não precisam se opor. Basta que a última defina como a primeira deverá se desenvolver nos processos investigativos, formativos e educativos. Será isso ou de tempos em tempos continuaremos a ser pegos de sobressalto por movimentos político-sociais que negam o real só para proteger a versão de mundo mais conveniente.

O GRECOM não é um exemplo absoluto, mas é um caso a ser considerado. As práticas do grupo não contentam em repetir fórmulas e não omitem constrangimentos acerca da falta de linguagem própria para tratar sobre um tema. Exatamente por isso busca outras linguagens e outras percepções para misturar os saberes, as práticas e as experiências, de sorte que as ideias que decorram dessa mestiçagem sejam reflexos de uma abertura solidária ao outro, em qualquer das suas manifestações ou formas. As ideias e as teorias por vezes parecem ter donos. Não raras vezes, os conceitos irrompem no debate público como se fosse autoevidentes para todos. O grupo não se conforma a isso e trabalha para denunciar essa postura, que é uma arbitrariedade. O convite não é que todos sejam exatamente iguais como é o grupo, mas que todos que trabalham com o pensamento façam como o GRECOM aprendeu a fazer: repense a si e as suas práticas todas as vezes em que um tema se sobrepõe a capacidade discursiva dos especialistas envolvidos.

Os conceitos não devem conter fluxos de vida e de realidade que existem para serem reconhecidos, mesmo que isso implique em refazer os pressupostos do sistema decodificador do qual derivou a conceituação e por mais sofisticada que essa conceituação seja. Os cientistas precisam estar conscientes de que fazem ciência inscritos em tempos históricos, políticos e sociais que nem sempre convergem e lhes são favoráveis. Eles podem ser suscetíveis à cooptação e à cegueira disfarçada de expertise. Não devem correr esses riscos alheios a esses riscos. Precisam fazer ciência com consciência, tal como propôs Edgar Morin (2018): consciência das suas limitações e dos seus possíveis embaraços. Conceituar é necessário, mas não suficiente; é legítimo, mas não ingênuo; confere sentido e forma ao mundo interior e exterior, mas não o esgota. Que pensar nisto seriamente aguça a imaginação epistemológica daqueles que desejam ser ouvidos, para que ampliem seus repertórios discursivo, metodológico e teleológico. As ciências são para todos. Por isso, não podem falar o idioma apenas de alguns.

REFERÊNCIAS

ATLAN, Henri. Viver e conhecer. *Cronos - Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 2, n. 2, 2001. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/14200>. Acesso em: 10 out. 2024.

BACHELARD, Gaston. *O novo espírito científico*. Lisboa: Edições 70, 1995.

- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BOHR, Niels. *Física atômica e conhecimento humano*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- HEINSENBERG, Werner. *A parte e o todo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Signos*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2018.
- MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários para a educação do futuro*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, Edgar. *Meus demônios*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- MORIN, Edgar. *Conhecimento, ignorância, mistério*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- OLIVEIRA, Josineide Silveira de; DANTAS, Eugênia Maria; FRANÇA, Fagner Torres de (org.). *Fronteiras borradas: em torno das ciências da vida*. Natal: 8 Editora, 2019.
- VERGANI, Teresa. *A surpresa do mundo: ensaios sobre cognição, cultura e educação*. Organizadores: Carlos Aldemir da Silva; Iran Abreu Mendes. Natal: Editorial Flecha do Tempo, 2003.

Title

Against the innocence of the concept: a call for the civilization of ideas.

Abstract

Although it is a very useful tool and widely used by the sciences, the formulation of a concept is not free from political, social and epistemological misrepresentations. Precisely for this reason, it cannot be treated as something trivial or sufficiently consolidated not to be questioned, because once it is treated as something untouchable, the concept can become a means by which scientists and opinion formers close themselves off in corporate circles that distance them from the general public and blind them to the self-deceptions produced by scientific practice itself. Removed from the general public, they don't participate in its life. By not participating, they expose people to the traps of denialism and fundamentalism. With this in mind, this article was conceived as an announcement of the limitations surrounding the act of conceptualizing and a reminder that our scientific practices will always fall short of reality, based on Edgar Morin's Complex Thought. The aim of the work is to reaffirm the importance of reconnecting knowledge and provoking debates in the various areas of knowledge about their time-honored practices and the scientific field, given that one discipline alone is not enough to say everything about what it is looking at. To demonstrate this, the work makes use of a qualitative and bibliographical reflection on the theoretical references that underpin Complex Thinking, describing details of experiences of the Complexity Studies Group (GRECOM), linked to the Postgraduate Program in Education at the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN), so that these experiences are treated as concrete examples of what is dealt with bibliographically.

Keywords

Concept; Complexity; Edgar Morin; GRECOM.

Recebido em: 11/10/2024

Aceito em: 11/11/2024